

MENSAGEM DAS FORÇAS

VIVAS DO MINDELO

A

SUA EXCELÊNCIA O MINISTRO DO ULTRAMAR

PROFESSOR DOUTOR ADRIANO MOREIRA

Em 4 de Setembro de 1962



Relator Eng. Humberto Duarte Fonseca







M E N S A G E M  
D A S  
F O R Ç A S V I V A S D O M I N D E L O

A

SUA EXCELÊNCIA O MINISTRO DO ULTRAMAR

PROFESSOR DOUTOR ADRIANO MOREIRA

Em 4 de Setembro de 1962

*Relator* Eng. Humberto Duarte Fonseca





B. N. L.  
DEPOSITO LEGAL  
265449 \*31.X.62

*5/2*  
*5/19/85*



# S U M Á R I O

INTRODUÇÃO - (Procura-se definir o momento psicológico nacional e internacional da honrosa visita de Sua Excelência o Ministro do Ultramar a Cabo Verde).

- I - Bases para o estudo da modificação da estrutura administrativa de Cabo Verde
  - 1 - Cabo Verde Ilhas adjacentes ( hipótese rejeitada )
  - 2 - Cabo Verde província portuguesa dotada de um estatuto administrativo próprio ( solução pedida )
  
- II - Bases para a avaliação do estado actual de subdesenvolvimento do arquipélago
  - 1 - Posição do problema do subdesenvolvimento agrário
  - 2 - Posição do problema da emigração
  - 3 - Posição do problema do turismo
  - 4 - Posição do problema da pesca
  - 5 - Posição do problema do Porto Grande - Caso da Refinaria
  - 6 - Posição do problema do ensino
  - 7 - Posição do problema da assistência médica
  - 8 - Posição do problema das comunicações inter-ilhas
  
- III - Bases críticas para uma revisão do problema do Fomento em Cabo Verde.

## O problema do Fomento em Cabo Verde

- A - Investimentos de reprodutibilidade a curto prazo
  - Aa - Fomento da emigração
  - Ab - Fomento do ensino
  - Ac - Fomento da pesca
  - Ad - Fomento do turismo
  
- B - Investimentos de infraestruturas
  - Ba - Aeródromos
  - Bb - Plano portuário
  - Bc - Plano rodoviário
  
- C - Investimos de reprodutibilidade a longo prazo
  - Ca - Estudos e investigação técnico - científica
  - Cb - Melhoramentos hidro-agrícolas e pecuários
  - Cc - Fomento silvícola
  - Cd - Obras hidráulicas

Um Post Scriptum







# G É N E S E

**Dia 11 - 8 - 962** – A Direcção da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Barlavento convoca em circular os seus membros colectivos para “assunto relacionado com a visita a esta ilha, de Sua Excelência o Ministro do Ultramar Professor Doutor Adriano Moreira”. Reunião conjunta com a Direcção.

**Dia 16 - 8 - 962** – É convocada a Comissão encarregada da recepção a Sua Excelência o Ministro que, em reunião conjunta com a Direcção, delibera - em face do programa geral da recepção que deixará pouco tempo e disposição física a Sua Excelência para contactos pessoais ou com grupos - apresentar uma MENSAGEM pondo a Sua Excelência os nossos pontos de vista sobre os assuntos de maior relevância para o arquipélago. Deliberou também convidar certas personalidades conhecidas pelo seu interesse e documentação sobre tais problemas, ampliando assim o campo de representatividade da referida MENSAGEM.

**Dia 20 - 8 - 962** – Convocatória e reunião da Direcção com a Comissão já ampliada. Esboça-se o programa a que se tem que circunscrever a MENSAGEM. É designado por unanimidade o Sr. Eng.º Humberto Duarte Fonseca para relactor da MENSAGEM, ficando com a incumbência de integrar o melhor possível os pontos de vista gerais sobre aqueles assuntos.

**Dia 24 - 8 - 962** – Nova reunião da Comissão em que é lida e aprovada por unanimidade a Introdução. Decide-se convidar os representantes das outras Forças Vivas do Mindelo a incorporarem-se na comissão.

**Dia 27 - 8 - 962** – Reunião Plenária com os elementos representativos das Forças Vivas. Leitura e aprovação por aclamação do texto da Mensagem.







Excelência:

Visita Vossa Excelência a Província de Cabo Verde num momento da mais alta projecção histórica, um daqueles momentos de viragem em que a humanidade se contorce em mil estertores do parto de um MUNDO DIFERENTE DE AMANHÃ.

Já o homem, mobilizando os seus extraordinários recursos de inteligência e da técnica moderna, eleva-se no espaço inter-planetário e prepara a conquista de novos planetas, revolucionando toda a estratégia militar e os conhecimentos científicos adquiridos até há 3 ou 4 anos, fazendo-nos sentir que não foi em vão que se dobrou o cabo da primeira metade do século XX.

Aviões super-sónicos silvam no espaço e os grandes jactos promovem o mais Intensivo dos intercâmbios entre as populações.

Grandes transatlânticos, verdadeiras cidades flutuantes, transportam rapidamente grupos numerosos da mais heterogénia composição humana, o mesmo fazendo os grandes, luxuosos e rápidos expressos.

Submarinos atómicos dotados de teleguiados espreitam os 4 cantos dos oceanos e aviões, apetrechados com terríficas armas nucleares, mantêm suspensa por cima da humanidade a mais apavorante das Espadas de Damócles.

A rádio e a televisão, levando as imagens da vida de uns povos até ao domicilio do homem da rua de outras terras, estreitaram o laço das ideias e ajudaram a promoção de autênticos saltos de mentalidade colectiva.

Todo esse fervilhar de imagens, de sons, de ideias, de manifestações técnico-científicas espectaculares do homem dos nossos dias, não poderia deixar de ter a sua mais profunda repercussão no convívio entre os homens, melhorando-o nuns casos, piorando-o noutros e espalhando pura e simplesmente a confusão noutros ainda.

E assim vemos povos até há pouco dormentes, levantarem-se cheios de ímpetos desordenados - na pesquisa de um caminho que desconhecem, mas pressentem existir, no emaranhado nebuloso das suas aspirações de felicidade.

Vemos povos já estabilizados - e por isso mesmo dormentes - acordarem sobressaltados sob a gritaria altissonante dos que pesquisam na confusão, a porta de saída para um AMANHÃ MELHOR.

E desta confusão de ambos os lados resulta tudo, desde a subversão de valores estabelecidos e reconhecidos como tal através de milénios, até à deificação de falsos valores que jamais foram entronados pelos sectores conscientes da humanidade.

Há catanas desviadas da sua função fecundante das podas agrícolas, para a abjecta faina de esquartejamentos humanos; há metralhadoras e basucas rasgando ventres, destruindo vidas; há confusão nos espíritos, sangue nas valetas e nos campos, gritos de mulheres, estertores de crianças inocentes.

Há injustiças e ódios cruzando-se com promessas aliciantes e gratuitas da Terra de Promissão.

Há cinismo nas almas e desconfiança nos cérebros lá mesmo onde esses aspectos hediondos dos estertores deste TERRIVEL PARTO se não fazem sentir na sua forma mais turbulenta e destrutiva.

Há fermentos de violência por toda parte disfarçados por promessas cínicas ou por ameaças veladas pelos tons suaves da diplomacia "ancien régime".

Mas no fundo, lá no fundo da consciência colectiva da humanidade, há esperança no radiar de uma NOVA LUZ capaz de trazer a plena concórdia entre todos os povos, num mundo futuro onde estejam realizadas as mais harmónicas e sinceras condições de coexistência entre HOMENS, RAÇAS e CREDOS, possibilitando assim a travessia colectiva da humanidade pelos almejados umbrals da PORTA DE FELICIDADE.

É este o momento em que Vossa Excelência visita Cabo Verde, terra sem VOSTOKS, sem



teleguiados nem televisão, sem aviões a jacto nem comboios, sem transatlânticos nem submarinos atômicos, terra sem auto-estradas e quasi sem estradas, terra sem rios nem barragens, e onde a maior parte dos povoados combate ainda a obscuridade com candeias de azeite ou candeieiros de petróleo. Terra subdesenvolvida na mais complexa expressão da palavra onde sobrevivem ainda ao lado de qualidades admiráveis certos sintomas de obscurantismo nefastos e múltiplas outras inibições sociais.

Mas terra onde nem por isso o fervilhar do mundo exterior deixou de chegar, pondo nas almas anseios, nebulosos embora, e pondo nos cérebros dos mais esclarecidos mil preocupações quanto à melhor forma do nosso enquadramento futuro num mundo de múltiplos povos que, quais crisálidas, estão saindo do regime estagnante do subdesenvolvimento para a corrida sadia do progresso, numa competição de sobrevivência através da qual ficarão esmagados sem remédio todos aqueles que ficarem imprevidente e levianamente para trás.

Tal circunstância, tais anseios e tais preocupações, não podem deixar de influenciar esta MENSAGEM das FORÇAS VIVAS DO MINDELO a tão alto representante do Governo da Nação, no momento em que nos honra desveladamente com a sua visita.

Influência no sentido de criar e de impôr a mais alta responsabilidade ao que se vai dizer e a mais leal franqueza na maneira de pôr claramente os problemas.

Inicialmente deserto, este arquipélago foi encontrado, desbravado e povoado pelos valorosos homens de 500, enquadrando-se este feito no vasto empreendimento dos Descobrimientos Portugueses, que tamanha revolução haveria de impôr à moldagem do mundo post-quinhentista

Este povoar de uma terra deserta e semi-árida, criaria à Nação Portuguesa, uma das maiores responsabilidades humanas do conjunto dos seus feitos de antanho: a de acompanhar, orientar, administrar e fomentar o desenvolvimento do povo cujos núcleos iniciais estava semeando, e que, ao longo de séculos, iria multiplicar-se, expandir-se e superpovoar as restritas áreas realmente habitáveis desta ilha.

Penoso foi o processo desse desenrolar da vida de Cabo Verde que assistiu às mais diversas calamidades, desde os ataques frequentes de piratas das mais variadas nacionalidades - todas invejosas do alto valor estratégico deste arquipélago - ao assalto cíclico das secas, terrífico regulador do permanente conflito entre o alto poder de reprodução do povo novo que se ia gerando e o baixo poder de alimentação das terras a que ele estava confinado.

E as ilhas lá foram vivendo, servindo por um lado de suporte estratégico à expansão, defesa e conservação do património ultramarino português, e por outro de suporte à mais curiosa experiência de todos os tempos e de todas as latitudes, no tocante à *miscigenação*, no seu duplice aspecto rácico e cultural.

Chegou-se assim à segunda metade do século XX e, 502 anos após o início dessa grave experiência, desembarca neste arquipélago um ilustre Ministro do Ultramar, jovem e dinâmico professor, sobre cujos ombros impendem as pesadas - para não se dizer esmagadoras - responsabilidades de condução da barca ultramarina em meio de uma das mais violentas e confusas tempestades internacionais.

Vossa Excelência vem por certo ver, tomar contacto com os problemas - trazendo-nos de caminho um fraterno abraço dos nossos irmãos dos outros territórios nacionais - e por certo que deseja levar algo mais do que as nossas sinceras saudações, as afirmações de várias ordens contidas nos discursos de recepção, e as imagens multiformes oferecidas pelos contrastes impressionantes das nossas ilhas.

Ora S. Vicente tem sido a ilha onde se formou mais rapidamente uma mentalidade esclarecida, mercê não só das condições decorrentes do seu Porto Grande — pondo-o em contacto directo com as gentes de outros mundos - como pelos seus centros de instrução mais numerosos e mais antigos.

Dal resulta para S. Vicente o papel de porta-voz do arquipélago, não o de porta-voz oficial - porque esse a Praia o tem por direito de função - mas o de intérprete da consciência popular através da voz calma e independente das suas Forças Vivas.

Assim foi no passado, assim será agora; e por isso Mindelo apresenta-se a Vossa Excelência com esta MENSAGEM, certo de que a cooperação positiva que sempre resultou de tais actuações, aqui se encontra na sua expressão mais válida e oportuna.



## Bases para o Estudo da Modificação da Estrutura Administrativa de Cabo Verde

Ao pretender-se dar novos rumos à estruturação administrativa do arquipélago bom é que os primeiros interessados isto é, os que vivem e labutam neste árduo e pedregoso pedaço do património nacional, procurem dar a sua contribuição positiva, expondo, sem disfarces prejudiciais, os argumentos ou as razões que lhes parecem mais válidas e propiciatórias a uma solução realista, sem fugir ao espírito da unidade nacional.

Nestas condições considerar-se-ão os dois casos que já fizeram de resto objecto de uma moção levada ao Conselho do Governo pelos representantes de Barlavento.







# 1. Cabo Verde Ilhas Adjacentes

O conceito de adjacência contém na sua própria etimologia a noção de proximidade (ad-jacere) e não há dúvida que do ponto de vista geográfico uma adjacência a 1.500 milhas é um tanto forçada. Ficaria contudo a possibilidade de se excluir o noção de distância, dominado o problema por aspectos ponderosos de outra natureza capazes de sobrelevar e eclipsar aquele conceito primário de adjacência.

Vejamos alguns:

## Aspecto étnico

Os territórios adjacentes Madeira e Açores são povoados por elementos étnicamente idênticos aos da Metrópole, portadores de formas de cultura genuinamente metropolitanas, que aí se cristalizaram ou evoluíram paralelamente aos padrões metropolitanos.

Assim, mesmo que a distância entre Açores e a Metrópole seja já apreciável, este facto é dominado pela circunstância de os Açores, como a Madeira, serem prolongamentos naturais humanos e sociais da Metrópole.

Outro tanto já se não pode dizer quanto a Cabo Verde. pois se nos seus primórdios vieram povoadores da Metrópole, vieram também grandes massas de negros que trouxeram um importante contributo étnico e cultural que tão poderosamente influenciou na estruturação social, económica e cultural da evolução futura das ilhas.

Com os séculos formou-se assim, sob o signo de miscigenação étnico-cultural, um povo diferente do europeu e do africano, de cujo abraço foi o sub-produto tão dignificamente da maneira portuguesa de estar no mundo.

E se é certo que os elementos dominando extrinsecamente a formação cultural e mental do caboverdeano são europeus, não é menos certo que intrinsecamente os parâmetros africanos subsistem poderosamente, reaparecendo no ritmo das suas canções, no batucar violento dos seus tambores, no ritmo frenético dos seus fuc-fucs, nas reacções às condições bio-climáticas do meio tropical, nas suas formas de expressão estética e em muitas formas discretas de exteriorização da tropicidade africana (para não falar nos aspectos espectaculares da cor de pele, tipo de cabelo e outros parâmetros rácicos exteriores).

Daí resulta que Cabo Verde se diferencia profundamente da Madeira e Açores, o que vem em desabono que uma adjacência étnico-cultural sobrelevando o conceito de distância.

Não se pode considerar pois Cabo Verde o prolongamento humano da Metrópole como é o caso dos territórios adjacentes.

## Aspecto administrativo

Durante muito tempo constituiu verdadeira aspiração dos caboverdeanos a integração no conjunto metropolitano sob a forma de ilhas adjacentes.

Duas ordens sérias de razões levavam então a pensar-se dessa maneira, abstracção feita de certa atitude romântica, carecida de fundamentação objectiva:

1.<sup>a</sup> Nos ventos culturais que então sopravam antes e durante a última guerra, considerava-se que pertencer à Africa era uma coisa algo inferiorizante do ponto de vista socio-cultural e que, no tocante à administração, ser pobre de recursos era uma espécie de condenação a viver esquecido da Metrópole tanto mais que as colónias mais ricas como Angola e Moçambique haveriam de absorver as preocupações de exploração de riquezas que Cabo Verde não possuía.

2.<sup>a</sup> Certas leis visando tutelar as populações indígenas dos territórios mais atrasados, atingiam-nos vexatòriamente e concorriam para agravar o nosso atraso económico, enegrecendo as nossas perspectivas



de redenção futura.

Daí a necessidade por todos sentida de uma alteração do "statu quo" existente que nos era adverso, alteração que dificilmente nos poderia conduzir a uma situação mais negativa do que a de então.

Todas as tentativas feitas, no sentido de libertar Cabo Verde da alçada de tais leis fracassavam perante o argumento: "tenham paciência esta lei não foi feita para os senhores, mas é necessária ao conjunto da nossa política colonial".

Assim, para alguns mais entendidos, a adjacência representava uma forma de escamoteação de Cabo Verde a esse conjunto de diplomas que lhe não convinham, para o colocar sob outro conjunto que, por certo, então lhe conviria.

Para todos isso também tinha aspectos sentimentais que se não minimizam: a adjacência simbolizava uma maior aproximação espiritual com a Metrópole cujas paisagens, cujo ambiente social cuja simpatia espontânea, o caboverdeano tanto aprecia durante os períodos que com frequência consegue passar na tão estimada e admirada *Lisboa* (palavra que consubstancia tradicionalmente, para nós, não só toda a extensão territorial da Metrópole, como ainda todo esse grande potencial de simpatia que vai do Minho ao Algarve).

Da tese da adjacência foi brilhante paladino o saudoso deputado por Cabo Verde Dr. Adriano Duarte Silva que sempre esbarrou com toda a ordem de dificuldades opostas pelos responsáveis pela condução da Administração Nacional.

Da tese adversa então vigorante nas altas esferas metropolitanas dá-nos conta o parecer n.º 10/v da Câmara Corporativa (Diário das sessões n.º 70 de 19-1-951) pela doura pena do seu ilustre relator Prof. Marcelo Caetano.

.....

" Ainda existe uma considerável população negra que se não pode dizer civilizada, mas o facto é que também não é indígena nem se encontra em estado mais atrasado que o comum das populações negras do Brasil.

Sob esse aspecto, Cabo Verde poderia passar do estatuto de colónia ao das ilhas adjacentes. Mas lucrarla alguma coisa com isto? Esse é o único problema que restará resolver.

Como colónia o arquipélago desfruta ampla autonomia. possui um governador com largos poderes, junto do qual actua o Conselho de Governo, onde têm voz os representantes locais. Como distrito autónomo insular a sua administração complicar-se-ia e tornar-se-ia porventura mais dispendiosa; a legislação e o regime fiscal teriam de ajustar-se aos modelos metropolitanos; a autonomia seria suficiente para lhe não deixar receber subsídios regulares do Estado, mas não tanta que o governador não passasse as proporções modestíssimas dos governadores civis; enfim, a correspondência e dependência dos vários Ministérios não melhoraria a velocidade do estudo e da resolução dos problemas, nem a consideração dos aspectos particulares da vida de um território com três grupos étnicos e uma economia já africana.

Há circunstâncias, por outro lado, que a Câmara reconhece poderem militar a favor da integração do arquipélago na administração da metrópole: a sua importância económica e estratégica como nó de comunicações marítimas e aéreas no atlântico e o facto de já alguns dos seus serviços (defesa aeroportos, meteorologia) estarem ligados a Ministérios metropolitanos".

.....

Essa era a posição já evoluída das altas esferas metropolitanas pois já era em 1951 e os prismas por que se viam os problemas e os territórios do Ultramar já estavam influenciados, quer interna quer externamente, pelos eventos decorrentes da Vitória dos Aliados.

Com a evolução geral dos conceitos no após guerra e com o levantamento das tais leis tutelares,



pela nossa saída da condição jurídica de *indígenas*, o problema assumiu novos aspectos e o Caboverdeano sentiu-se acarinhado por uma sucessão de leis que exactamente vinham atingi-lo na medida em que Cabo Verde era província Ultramarina.

Os ventos mentalizantes eram outros e nós tínhamos que estar gratos à circunstância de nos termos mantido-mau grado as nossas aspirações passadas - na situação de território não adjacente.

Por outro lado temos a consciência de que é da posição de território ultramarino que melhor servimos os interesses e as aspirações da Comunidade Nacional.

Como província ultramarina ocupamos a cabeça do conjunto sob o ponto de vista social, cultural e mental.

Como parte do território metropolitano iremos recuar para ocupar uma modesta posição de cauda

Nestas condições preferimos continuar na nossa situação de sempre com as alterações que a nossa evolução e a dispersão em Ilhas aconselham.

## 2. Cabo Verde Província Portuguesa dotada de um Estatuto Administrativo próprio

Se, considerando no conjunto dos territórios ultramarinos, Cabo Verde é de longe o mais pobre em riquezas materiais, ele é também aquele que oferece o mais curioso espectáculo humano e aquele que, já há séculos, vem oferecendo à comunidade nacional um número suficiente de valores humanos capazes de cooperar activamente, quer no seu próprio território, quer na Metrópole, quer nas outras parcelas ultramarinas, no progresso e na administração do património nacional.

Se as diferenças com Madeira e Açores são notáveis como ficou dito atrás, nem por isso são menos notáveis as diferenças que afastam Cabo Verde dos restantes territórios africanos, nacionais ou não nacionais.

Rapidamente defenido o Mestiço como o tipo dominante da paisagem étnica e cultural do arquipélago, as duas culturas inicialmente cruzantes foram por ele integradas e plasmadas num sentido específico, defenido um rumo próprio que ignorou a proximidade do continente africano, sem esquecer nem renegar contudo, a contribuição africana para o património cultural e étnico das suas gentes.

Ficou assim Cabo Verde ocupando, na cartografia social e cultural do Mundo Português, um espaço que estava em branco e a que era preciso atender pelos novos problemas que o fenómeno viria levantar.

Chegamos à época actual em que este fenómeno de diferenciação tem que se defenir no plano da estruturação administrativa, rejeitada a hipótese de uma adjacência, mas não se justificando uma identidade de estrutura com a Guiné, Angola ou Moçambique, uma só hipótese fica de pé, como validamente objectiva: a de um *estatuto administrativo próprio* diferenciado quanto ao da adjacência por força dos motivos expostos em 1. isto é, na medida em que somos *africanoides*, e diferenciando em relação às províncias africanas pelas razões aqui expostas, isto é na medida em que somos *europoides*.

É pois esta solução a que mais grata é, no momento presente, ao espírito Caboverdeano pelo que as forças vivas do Mindelo proclamam confiantes a Vossa Excelência:

### Nós desejamos um Estatuto Administrativo próprio

Nestas condições as Forças Vivas do Mindelo tem a honra de sugerir a Vossa Excelência a nomeação de uma comissão de 3 membros da qual faria parte o Sr. Dr. Jorge da Cunha Ferro Ribeiro que além de Juiz de Direito já foi vogal do Concelho do Governo de Cabo Verde durante alguns anos evidenciando notável interesse por estes problemas.



## Bases para a Avaliação do Estado actual de Sub-desenvolvimento do Arquipélago

Sem pretender enguitar a boa parte da responsabilidade que cabe ao caboverdeano no processo de degradação das condições económico-sociais do arquipélago, nem esquecer que estas ilhas cumprem o triste destino imposto por uma terrível irregularidade climática, analisam-se alguns dos fenómenos cuja evolução conduziu ao impasse actual, que se apresenta na rudeza fria da verdade, procurando posicionar o mais realísticamente o respectivo problema.



# 1. Posição do problema do subdesenvolvimento agrário do Arquipélago

Feitas várias tentativas de fixação das culturas metropolitanas em Cabo Verde pelos primeiros povoadores, algumas como a vinha mostram-se capazes de prosperar mas, no sector dos cereais, as tentativas falharam sistematicamente até que o milho foi trazido do continente americano. Inicialmente cultivado nos vales juntamente com outros produtos, bem depressa se mostrou a necessidade da sua expansão pelas encostas e o milho foi assim conquistando maiores áreas, passado-se ao regime que ainda hoje subsiste de cultura extensiva em regime de sequeiro, cultura totalmente sujeita às contingências da irregularidade das chuvas. Com o milho vieram as crises pois nos anos mais secos ou de pluviosidade menos regular, falhava totalmente a produção sobre a qual se passou a contar para a subsistência do grosso da população.

Enquanto outras formas de cultura como o algodão (que medrava sub-expontâneo pela maioria das ilhas), a vinha (que permitia boa produção de vinho para o abastecimento local e exportação para o Brasil) constituíram fontes apreciáveis de riqueza - foram célebres e valiosos os panos fabricados em Cabo Verde - funcionavam como amortecedores de impacto brutal das secas.

Mas com a concorrência estrangeira, a falta de protecção à indústria de fiação e tecelagem do arquipélago e a campanha de destruição das vinhas, esses factores de amortecimento desapareceram.

A acção negativa da Companhia de Grão Pará e Maranhão convergindo a sua acção sobre o tráfico escravo e descurando os outros aspectos económicos do arquipélago, veio agravar o estado de coisas.

Cada seca que passava provocava destruições e desmoronamentos económicos que jamais seriam recuperados.

Mas ainda assim alguns grandes proprietários, ainda no princípio do século passado, iam realizando um esforço apreciável de recuperação ou sob certos aspectos - de fomento. Constituíram-se socalcos nas encostas, plantaram-se algumas árvores frutíferas; fizeram-se algumas captações de nascentes, aumentando a área de regadio. Trabalho árduo e só exequível em regime de escravatura, pois não resistiria à remuneração da vasta mão de obra exigida.

Com a extinção da escravatura desorganizou-se o trabalho no arquipélago. E se a escravatura era uma nódoa social que em boa hora Sá da Bandeira pulverizou, não é menos certo que a falta de uma doutrina sob cuja sistemática se reorganizasse subsequentemente o trabalho em Cabo Verde foi outro mal de que ainda se sentem as consequências.

Abandonado à sua responsabilidade e esforço individual o escravo de ontem ficou 100% entregue às contingências das secas e às especulações dos antigos patrões ou das classes menos desprotegidas.

E as secas continuaram as devastações humanas e económicas. Cada casa que caiu não foi reconstruída. Cada árvore que secou não foi substituída. Cada casa que foi destelhada para se venderem as telhas jamais foi recoberta ou veio mais tarde a receber colmo em vez de telha.

E a degradação continuou.

A agravar este quadro de corrida para a miséria total, os anos de boas chuvas, eram acompanhados muitas vezes de violentos temporais que promoviam arranques de árvores em grande número, derrubavam casas e arrasavam, com as cheias, as melhores propriedades situadas nos vales, levando para o mar as melhores terras.

A Metrópole, entretida durante muitos períodos, com as suas convulsões políticas e debatendo-se ela própria com graves problemas de subdesenvolvimento e outras dificuldades inerentes à administração do vasto conjunto ultramarino, ia ajudando nas fases mais espectacularmente calamitosas. Nos outros períodos em que os processos de degradação continuavam pertinazes mas discretos, voltava os olhos para aqueles agudos problemas e deixava o arquipélago aos cuidados exclusivos de governadores muitas vezes sem verbas e por vezes sem conhecimentos dos problemas de base.

Do ponto de vista psicológico as gerações foram integrando a realidade negativa da evolução económica do arquipélago e uma grande descrença com força de verdadeira onda inibitória apossou-se de gerações inteiras.

O dia de amanhã deixou de contar a não ser na medida em que ele poderia ser negro ou trágico.



○ que vira morrer amigos, parentes e familiares na crise passada, encomendava-se para à próxima crise, e procurava gozar o melhor que pudesse o curto intervalo de que dispunha.

Estabeleceu-se o complexo da crise e a iniciativa bloqueou-se assim por um mecanismo procedente dos compartimentos subconscientes vizinhos dos do mecanismo da auto-conservação.

Para quê plantar, se se não colherá? Para quê investir se o fracasso ocorre em 90% dos casos?

E inibido por este processus o Caboverdeano passou a assistir à degradação progressiva das suas propriedades, sem ânimo sequer para recolocar no sítio uma simples pedra caída de um muro! . . .

○ pequeno dono de terra, que a havia ocupado em pequenos e isolados surtos de reacção anti-esclavagista, ou a havia herdado já dividida pela desmultiplicação das gerações, foi-se despojando dela, vendendo-a ao desbarato ou trocando-a por alguns litros de milho, na fase aguda das sucessivas crises.

Formaram-se assim, em algumas ilhas, alguns latifúndios, com uma pequena minoria de mesa abundante e uma grande maioria de marginais votados ao desemprego ou ao subdesemprego, à vadiagem e à permanente subalimentação. As crises vinham aqui saciar sua gula devastadora em negros quadros de fome total e os chamados anos bons - que traziam a abundância à minoria - davam à maioria mero acesso aos níveis de tolerável subalimentação.

Mais recentemente, com o absentismo de muitos latifundiários, especialmente na ilha de Santiago, agravaram-se as coisas, pois ao macro-fúndio substituiu-se um regime de micro-fúndio pela divisão da terra em parcelas pequenas entregues a rendeiros que, nos anos bons obtém para a sua subsistência e da família, mas que, nos anos maus, tem que ir trabalhar para o Estado, afim de garantir o pagamento da renda ao dono da terra.

Sistema de arrendamento por um ano, sem se entrar em conta com as quebras de produção durante as secas, além de deshumano, agrava ainda mais as condições de regressão económica deste arquipélago, pois o reneiro, sem quaisquer garantias do amanhã, só destroi e degrada, não plantando nem reconstruindo, não adubando nem procurando defender o solo.

Estrutura agrária profundamente errada, com benefício de escassa meia dúzia e prejuízo declarado da maioria, lesiva portanto dos interesses locais e nacionais.

Chegamos assim ao fim da primeira metade do século XX com o seguinte quadro:

Parte da população, vivendo de salários fracos do funcionalismo, comércio e rudimento de indústria.

Maior parte, (esmagadora maioria), em regime de subdesemprego e dependente da agricultura e, portanto, das secas.

Pequena parte vivendo das suas propriedades, "explorando-as" directa e precariamente.

Pequiníssima parte vivendo de grandes propriedades, absentistas, em luta expropriatória com um grupo de chamados *rendeiros* que se incluem na massa do subdesemprego. Os proprietários que vivem perto e exploram as suas propriedades, não têm capacidade financeira para quaisquer empreendimentos, são os resíduos de famílias outrora prósperas e empreendedoras ou dos que prosperaram trocando propriedades por milho durante as crises. Assistem hoje platonicamente à degradação das suas terras, mantêm, na sua maioria, uma aparência de abastança que muitas vezes se apoia em dívidas contraídas e não pagas e vão-se entretendo a fazer filhos aos quais deixarão os resíduos pulverizados das suas terras e as dívidas contraídas até à morte.

E assim se chegou ao grau de subdesenvolvimento agrário de 1950.

## 2. Posição do problema da Emigração

Desde o século passado começaram a esboçar-se movimentos de fuga de pequenas parcelas da população quer engajados nos baleiros que iam para os mares do sul, quer com a intenção de se fixarem noutros territórios mais propícios a uma vida sem graves preocupações.

Países como Brasil, Argentina e os Estados Unidos facilitaram a entrada de um bom número de Caboverdeanos que se adaptaram bem às novas condições oferecidas pelos novos meios.

○ Outra corrente fixando-se em Dakar, deu origem à numerosa colónia caboverdeana ainda hoje



ali existente.

Logo após a fixação desses núcleos no estrangeiro, uma verificação positiva se fez: a emigração, ao mesmo tempo que representava um alívio da pressão demográfica, mostrava-se preciosa pelo continuo afluxo de divisas a que dava origem.

Não eram só os que saíam que ficavam libertos do espectro da miséria. As famílias que ficavam, passavam a ter, na carta registada que de espaço a espaço, regularmente aparecia, a garantia de sobrevivência nos anos maus e de razoável passadio nos anos melhores. Com a certeza da carta registada, veio o crédito, e o comércio passou a fiar às famílias dos emigrados, mesmo durante os períodos de desemprego ocasional do remetente. A carta havia de vir um dia e pagar - com juros claros está - a dívida assim acumulada.

Outros emigrantes casavam antes de partir ou vinham à terra casar, anos volvidos, ficando a mulher com a administração de bens que a pouco e pouco iam adquirindo.

E no primeiro quartel do actual século os emigrantes tiveram papel de relêvo na economia do arquipélago.

Depois as portas foram-se fechando unia a uma, à medida que a emigração se ia organizando em novas bases, carecendo da protecção e disciplina dos respectivos governos a organização e canalização das correntes migratórias.

Na planificação da emigração o Governo Central não teve em conta Cabo Verde e só contou com Açores e a Madeira além do território Continental, deixando aos Caboverdeanos menos evoluídos, apenas abertos os caminhos de Angola e S. Tomé na situação de contratados para roças ou outras explorações agrícolas.

De uma emigração vitalizadora e positiva no seu dúplici aspecto económico e social, passou-se a uma emigração anti-económica e anti-social em que o caboverdeano ia substituir o nativo incivilizado de Angola ou Moçambique nos seus misteres de *mão de obra* em promiscuidade regradativa que não convinha ao estado de evolução do arquipélago.

É ve-los de regresso: o que vem do Brasil, da Argentina ou dos Estados Unidos, com ar saudável, bem vestido e calçado, dispondo de notas na carteira e depósitos nos Bancos e um ar de homem que viveu meios evoluídos; o que vem de S. Tomé, com ar pouco saudável, marcado nos seus gestos e atitudes por uma verdadeira retrogradação social, descalço, mal vestido, mal encarado e com umas escasas centenas de escudos ou, na melhor das hipóteses, 2 ou 3 contos como economia total durante os anos em que esteve a servir a alguma Roça de mau clima! ...

São dois quadros que definem de forma gritante os aspectos positivo e negativo de cada um dos tipos de emigração.

Os que voltam desiludidos, muitos portadores de doenças que dantes não havia em Cabo Verde e que vem engrossar o número de desempregados, são praticamente em número igual aos que partem sob a pressão da miséria e do desejo romântico de viajar.

O arquipélago, esse nada ganha no plano económico, não vê aliviada a sua pressão demográfica e muito perde no plano social. Talvez haja porém quem ganhe ... Cabo Verde não.

Assim se chegou ao fim da primeira metade do século XX ao subdesenvolvimento migratório documentado numéricamente pelo quadro abaixo:

	1947	1948	1949	1950	1951
	crise	crise	boas	boas	boas
			chuvas	chuvas	chuvas
Saidos . . . . .	6.362	4.593	1.236	1.618	1.416
Entrados . . . . .	<u>765</u>	<u>671</u>	<u>568</u>	<u>2.275</u>	<u>3.236</u>
Diferença . . . . .	-5.597	-3.922	-668	+ 657	+ 1.820

E se da emigração Cabo Verde tira algum proveito esse vem exclusivamente como resposta residual



dos movimentos migratórios passados para os Estados Unidos e por algum movimento consequente das chamadas ou dos casamentos por parte de caboverdeanos naturalizados ou aí fixados outrora.

Um outro lampejo surgiu nos últimos anos com a emigração para a Holanda onde os caboverdeanos têm sido muito apreciados como marítimos. Várias dezenas de rapazes que, fazendo recurso à generosidade de uns e à usura de outros, têm embarcado para aquele país via Lisboa, passados poucos meses saldaram suas dívidas e já vão auxiliando parentes necessitados.

A oportuna e reformadora legislação de Vossa Excelência sobre a organização, fiscalização e disciplina do trabalho nos nossos territórios ultramarinos e que vai ter por certo alta repercussão na melhoria das condições a criar ao emigrante caboverdeano para S. Tomé, Angola e Moçambique, não altera contudo a situação relativa à necessária emigração para o estrangeiro.

O ar de relativa prosperidade que Vossa Excelência respirou na Brava é resultado do efeito vitalizador dos dollares que, quer sob a forma de envios de emigrantes às famílias, quer sob a forma de pensões de guerra, invalidez, velhice, etc, etc, são atribuídos pelo Governo Americano a antigos emigrados, hoje regressados à terra natal.

A ilha do Fogo também beneficia ainda desses envios.

Mas o fenómeno, residual que é, aproxima-se do fim-por envelhecimento e morte dos contemplados. É sol de pouca dura e quando se apagar, as consequências serão sérias, mesmo para a balança de pagamentos do arquipélago.

Terminamos com o quadro da emigração das ilhas adjacentes e da metrópole nalguns anos da década passada, sob a carinhosa orientação da Junta de Emigração e os auspícios do Ministério dos Negócios estrangeiros.

	Argentina	Brasil	E. U. A.	Curaçau	U. A. S.	Venezuela	Outros países	Total
1950	54	1.462	504	799	219	944	60	4.042
1951	28	2.856	155	581	322	612	22	4.576
1952	40	5.558	45	525	306	1.020	18	7.512
1953	12	3.618	645	263	270	1.574	160	6.605
1954	8	3.102	1.093	70	498	2.091	673	7.535
1955	11	1.956	767	-	846	2.058	207	5.848
1956	8	1.622	831	-	1.030	1.709	1.328	6.528

Emigração do Continente para o mesmo quadro de países:

	Total	Para o Brasil
1950	17.195	12.344
1951	28.455	24.868
1952	38.727	35.436
1953	32.324	28.066
1954	32.797	26.531
1955	23.439	16.250
1956	20.068	15.000

### 3. Posição do problema do turismo

Uma das fontes potenciais de riqueza deste arquipélago é sem dúvida o turismo.

Muito se tem falado e escrito sobre turismo de Cabo Verde, mas de forma lírica e superficial, em vez de se ter encarado o problema como uma verdadeira industria como já é tratado na Metrópole e na Madeira.

Foi há anos muito falado o encontro de um grupo de caboverdeanos residentes nos Estados Unidos com o Sr. Comodoro Sarmiento Rodrigues então Ministro do Ultramar. Os caboverdeanos "americanos"



ter-se-iam proposto, na lá mais nada menos que, organizar uma empresa de turismo para a exploração da ilha do Fogo, chamando a si a própria construção de um cais de desembarque e a canalização de milhares de turistas americanos.

Aquele Ministro agradeceu a oferta e teria dito que o Governo Português estava na intenção de chamar a si tal encargo.

Muitos são os estrangeiros, de opinião válida em matéria de turismo pela sua cultura e pelo que já viram, que têm emitido o parecer de que as ilhas de Cabo Verde poderiam ter um fabuloso rendimento em turismo, se a industria fosse infraestruturata e a propaganda se fizesse em condições.

Recentemente uma alta personalidade relacionada com o turismo internacional Dr. Cornelius Joseph Greenwey Rafferty graduado pelas universidades do Norte Dame (U. S. A.) Salamanca e Sevilha e do Research Study University of Cambridge, visitou S. Vicente em Dezembro de 1961 quando vinha de Las Palmas, aonde fora a um concurso internacional de turismo, viajando no seu iate pessoal.

Conversando com várias pessoas, depois de ter passado pela ilha e visitado a Baía das Gatas disse:

- a) - Estar maravilhado com as condições locais para turismo;
- b) - Ter apreciado a calma e a paz locais;
- c) - Que vinha de uma missão de estudos a Las Palmas relacionada com turismo mas que, depois de ver S. Vicente, era de opinião que esta ilha oferecia melhores condições que Las Palmas para aqueles milhares de americanos que andam à busca de uma estância de repouso, já cansados das visitas aos locais habituais, desejosos de mudar temporariamente das suas residências para estâncias de serenidade e paz como esta onde nem o frio nem o movimento turbulento dos grandes meios os incomoda;
- d) - Que iria contactar as autoridades portuguesas para a hipótese de serem permitidos investimentos em terrenos e construção de moradias isoladas e um hotel.

Este é um exemplo concreto entre muitos.

Os franceses de caça submarina ficaram encantados com as possibilidades das ilhas e um especialista deste ramo de turismo que os acompanhava, disse que, feita boa propaganda, depois de construídas as instalações necessárias mínimas, Cabo Verde se encheria de caçadores submarinos e os respectivos acompanhantes. Que o arquipélago era um verdadeiro paraíso para os caçadores submarinos.

Mas turismo como industria, montada em séries bases, tem que ser preparado, como Vossa Excelência melhor que nós sabe. Não há turismo espontâneo. Primeiro fazem-se investimentos criadores das condições de conforto: hotéis, pousadas ou moradias isoladas e restaurantes; parques de campismo, aldeamentos simples mas confortáveis. Cabo Verde disso tudo só tem hoje a Pousada da Praia com 9 quartos, o Hotel do Sal de finalidade específica e a exigua Pousada da Baía das Gatas de S. Vicente.

Tudo o resto tem sido romantismo em torno do tema TURISMO EM CABO VERDE.

Em Lat Palmas, onde se não dormiu sobre essa enorme riqueza, estiveram os seguintes turistas com médias de estadia entre 15 a 20 dias:

1958 . . . . .	23.701	(Os muitos hotéis, pousadas e pensões completamente cheios durante 7 a 8 meses no ano!!)
1959 . . . . .	24.957	
1960 . . . . .	45.129	

#### 4. Posição do problema da pesca

De há muito se vem discutindo o problema das possibilidades da pesca no arquipélago, mas a verdade é que nunca houve um verdadeiro arranque no sentido de um empreendimento industrial de exploração em larga escala da riqueza piscatória, não das ilhas, mas das águas oceânicas circunvizinhas. Pesca de largo, não pesca com pequenos botes ou arremedos de traineiras, como até aqui se tem feito para suprir as necessidades de pequenas unidades industriais que, se representam louvável esforço de quem meteu ombros à sua instalação, escapam, - pela sua insuficiência, - às características racionais de uma exploração do pescado nesta área.



Desde os primórdios dos descobrimentos que os navegadores acusavam a riqueza piscatória dos bancos de Arguim e outras áreas desta zona subtropical atlântica. E desde há muito que os barcos europeus descem a costa para se virem encher a sul do Cabo Branco.

Esta possibilidade não escapou aos espanhóis que fizeram das Canárias um dos seus mais importantes centros de captura de pescado.

Actualmente os barcos japoneses, em número superior a 70, frequentam as águas circunvizinhas de Cabo Verde e alguns já começam a frequentar, com os seus bem equipados barcos de pesca, o porto de S. Vicente, farejando as vantagens que lhes oferece a armazenagem frigorífica do pescado num *porto central para a sua zona de captura* dispondo de um bom cais acostável.

O nosso navio hidrográfico tem feito capturas dentro dos portos ou nas vizinhanças das ilhas, tendo chegado ao que parece, a resultados não muito animadores.

Mas a verdade é que a presença de barcos cheios de peixe em sucessivas campanhas numa área que vai desde Las Palmas à costa do Ouro, abrangendo este arquipélago, é prova mais que suficiente da alta rentabilidade económica da exploração da riqueza PEIXE em instalações devidamente montadas neste arquipélago.

Mas, não obstante, nós nunca tivemos uma única frota nacional com base em Cabo Verde e explorando racionalmente esse enorme e inesgotável filão.

Felizmente as perspectivas são agora menos sombrias *depois da construção do cais acostável de S. Vicente*, dos estudos e projectos duma importante empresa, a CONGEL, sobre cujo desenvolvimento e expansão se põe actualmente grandes esperanças com bases em grandes promessas de investimento. O mesmo se dizendo de outra grande empresa que, com idênticos propósitos, se anuncia cheia de promessas para breve.

## 5. Posição do problema do Porto Grande de S. Vicente. Caso da REFINARIA

Velha aspiração do arquipélago, embora já com bastante atraso, foi constuido o cais acostável com agrado e gratidão geral.

O enquadramento desta construção no conjunto da navegação internacional e a sua projecção na economia caboverdeana, suscitam porém algumas apreensões na medida em que a sua simples construção não chegará para fazer refluir a navegação internacional que outrora tanto movimento deu ao Porto Grande.

Com efeito o aumento enorme, e cada vez maior, da autonomia dos barcos modernos, a rivalidade activa dos portos de DAKAR e CANÁRIAS, já de há muito apetrechados, e a circunstância de Cabo Verde não ter produtos para oferecer como carga, são factores negativos causadores de sérias apreensões.

Contudo o anuncio oficial da subsequente e breve instalação de uma refinaria de petróleo em S. Vicente, quando da inauguração do cais em 1961, veio trazer um elemento novo e uma luz de esperança, pois essa medida viria revolucionar as condições de exploração do porto.

Foram pois para todos os caboverdeanos promotoras de grande mágoa e negras apreensões as notícias, que a toda hora chegam, de que o caso da refinaria está parado pois várias forças e altos interesses estão em conflito em torno da sua instalabilidade.

Nós sabemos quão decepcionante foi para nós o caso dn STANDART OIL que no fim da última guerra esteve em negociações para a montagem de instalações neste porto, assunto que depois ficou sob o pesado silêncio das coisas tumultares sepultando conjuntamente as nossas legítimas esperanças nos benefícios daí decorrentes

Queremos pedir a Vossa Excelência, que tão alto interesse manifestou por esta oportunidade de revolucionar a economia deste arquipélago, que não deixe morrer essa importante fonte de vitalização deste porto sem a qual o cais acostável - que tanto dinheiro custou - poderá ficar relegado à simples categoria de belo monumento.

Vossa Excelência tem sabido gritar bem alto a legitimidade dos interesses nacionais por cima das



vozes egoístas dos interesses de grupos.

Aguardaremos confiantes o desfecho deste caso vital para nós e, portanto, para o País.

## 6. Posição do problema do ensino

Tem-se falado e escrito muito sobre a grande vocação do povo caboverdeano para o ensino e referido com justiça os sacrifícios e esforços que pais e alunos realizam para uma maior aquisição de conhecimentos e ascensão na escala dos valores culturais.

A lenta evolução do ensino em Cabo Verde nos primeiros séculos foi substituída por uma verdadeira corrida aos conhecimentos após a organização da Instrução Primária em 1845 pelo Decreto de 14 de Agosto e Portaria Régia de 2 de Setembro.

Já em 1875 se mandava pela Portaria Régia n.º 88 de 7 de Julho que se "organizasse e remetesse ao Ministério um plano para melhorar e desenvolver a instrução pública em Cabo Verde criando-se institutos para a educação do sexo feminino, organizando uma ou mais escolas onde se ensinassem os princípios das ciências e das letras de mais usual e universal aplicação aos usos da vida" e construindo em bases regulares um liceu.

Já uma outra P. R. de 1875 mandava *que se propusesse a organização de uma escola prática de de ciências e suas aplicações usuais como mais conviesse aos interesses da Província.*

Era já o reconhecimento do alto interesse do *ensino técnico!!*

Em 1880 recomenda-se em ofício n.º 22 do Ministério (25 de Fevereiro) *a edificação de casas apropriadas para o ensino escolar nos lugares mais populosos de todos os concelhos.*

Era o fomento do ensino na expressão mais pura das suas intenções.

Em 1885 atribui-se a uma comissão o estudo da organização de uma escola de artes mecânicas e de agronomia.

E assim a análise retrospectiva da legislação sobre instrução pública em Cabo Verde, na segunda metade do século passado e ainda por este século adentro, documenta a carinhosa atenção que o Governo Central e da Província dispensaram ao magno problema da instrução, documentação altamente honrosa para Portugal.

As escolas foram-se dispersando pelas ilhas e foram sófregamente procuradas por alunos que não se importavam de percorrer mais de uma dezena de quilómetros para as ir frequentar.

O Seminário em S. Nicolau, forjando gerações de homens de boa cultura humanística - dos quais muitos enveredaram para o professorado primário - deu uma brilhante e profícua contribuição, mais tarde continuada pelo liceu de S. Vicente.

Entre outras escolas importantes criou-se e funcionou em S. Vicente uma Escola Náutica que formou algumas gerações de pilotos da marinha mercante, muitos dos quais ocuparam e ainda ocupam altos postos de comando na Marinha Nacional.

Assim a mentalidade favorável ao ensino gerou-se e ganhou generalidade a tal ponto que uma mãe que por qualquer motivo não mandasse o filho para a escola se sentia diminuída e inibida, em face das outras, e era verberada por estas.

Proclamou-se mesmo que Cabo Verde seria, aí pelos fins do primeiro quartel deste século, o território nacional de mais baixo índice de analfabetismo.

Rolaram porém os anos e as coisas foram-se modificando. Extinguiu-se a Escola Náutica que tanto prestigiava o ensino neste arquipélago; deixaram-se de produzir professores na província; extinguiu-se na Metrópole temporariamente o curso de Magistério Primário, com subsequente grande crise de professores no país inteiro; o ritmo de construção de escolas não acompanhou o do crescimento da população, as verbas para o ensino escassearam, e a própria mentalidade adquirida quanto ao ensino



subverteu-se parcialmente.

E o último recenseamento acusa cerca de 70% de analfabetos em Cabo Verde, com cerca de 200.000 habitantes.

E o quadro definidor do nosso estado actual, *considerando que 10% da população total está na idade escolar* seria em 1960 o seguinte:

População escolar provável . . . . . 20.000 crianças ( 7 aos 14 anos )

Crianças frequentando (cerca de) . . . . . 10.000

Crianças sem escolas (cerca de) . . . . . 10.000

Número de escolas e postos em funcionamento (cerca de) 150.

Média aproximada de *alunos frequentando por escola ou posto funcionado* . . . . . 66,6  
alunos por escola.

Número de professores cerca de 200.

Média de alunos por professor 50.

Vê-se pois que *os professores estão saturados de alunos e as escolas superlotadas e sobejam ainda cerca de 10.000 crianças sem alojamento escolar !!*

É esta a situação que define o nosso subdesenvolvimento actual em matéria de ensino primário, *aquele que mais funda presa tem no comportamento de base de uma população.*

Quanto ao ensino liceal assinala-se a construção do Liceu da Praia, que veio preencher uma importante lacuna, e a próxima construção de um novo edifício para o Liceu de S. Vicente, outro notável melhoramento.

Porém há um grave problema que preocupa os pais e encarregados de educação: a crise do professorado liceal, que já se vem arrastando há anos, forçando a ir roubar à instrução primária e a outras actividades vários elementos que ali seriam preciosos e que no Liceu, salvo honrosas excepções, não podem passar de uma modesta ou medíocre actuação.

Sabemos que o problema da crise do professorado secundário atinge vários dos nossos territórios e preocupa o próprio Governo Central. Mas nem por isso querem as Forças Vivas do Mindelo deixar de tocar esse aspecto preocupante do ensino em Cabo Verde, pois julgam que aqui o problema está assumindo aspectos verdadeiramente alarmantes.

No tocante ao ensino técnico a criação da Escola Técnica do Mindelo foi outro acto recente da mais frutuosa utilidade, pois de há muito Cabo Verde vinha necessitando de introduzir no seu ensino órgãos de formação de uma mentalidade tecnicista, dada a longa actuação de órgãos como o Seminário e o Liceu, por sua natureza plasmadores de uma mentalidade não tecnicista e por vezes até anti-tecnicista.

Já começam a sair as primeiras "fornadas" de mão de obra especializada, tão necessário ao desenvolvimento económico deste arquipélago, e que tão bons serviços poderão no futuro vir prestar, não só na valorização da emigração caboverdeana para o estrangeiro, como ainda na resposta às necessidades dos nossos territórios ultramarinos.

Por outro lado, tipo de ensino com menos encargos materiais para os pais, o Ensino Técnico vem em boa hora dar acesso ao escalão secundário a uma grande massa de crianças que doutro modo se confinariam ao 2.º grau de instrução primária.

## 7. Posição do problema da assistência médica

Sem pretender aprofundar o complexo problema que a assistência médica assume num território dividido em ilhas, estas por sua vez subdivididas em vários compartimentos geopolíticos pela compartimentação geográfica, agravadas ainda as coisas pela falta de ligações rodoviárias, tocar-se-á apenas no



que refere o número de médicos em serviço no arquipélago. Sendo eles a cúpula, o seu número pode bem servir de índice definidor do panorama geral.

Cabo Verde ascendeu, explosivamente, no último decénio a 200 mil almas, vindo este número encontrar um quadro médico de um total de 20 e uma escassa dezena de médicos particulares.

Sendo assim ficam, em números redondos 6.600 habitantes para cada médico o que é realmente exíguo.

Com efeito a Metrópole, onde as coisas não atingiram ainda aquele nível desejado na relação de habitantes por médico esta já está contido em 1 médico para 1.200 habitantes, número que está muito à quem de países como o Canadá - 930 habit./médico, Roménia - 800 habit./médico, Estados Unidos - 790 habit./médico, União Soviética - 550 habit./médico, Israel - 420 habit./médico (Semana Médica - Julho 1962) embora inferior à Jugoslávia - 1.500 habit./médico, Finlândia - 1.700 habit./médico e outros (ibidem).

Conhecem-se os esforços envidados pelo Governo da Província apoiados e secundados pelo Governo Central no sentido de conseguir mais médicos para Cabo Verde, nomeadamente o óptimo caminho da atribuição de bolsas de estudo com vistas ao suprimento médico do arquipélago.

Mas nem por isso se deixa de juntar esta importante matéria à do subdesenvolvimento deste território.

Santo Antão, com uma população da ordem de 35.000 habitantes, só pode contar com um médico situado num dos seus extremos; as ilhas da Boa Vista e Maio não dispõem de médico. Este facto mostra em quão grande medida a divisão em ilhas agrava aquele número médio da distribuição dos médicos pela população global do arquipélago, visto S. Vicente e Praia terem que absorver boa parte dos médicos disponíveis.

As enfermarias regionais, espalhadas pelas ilhas, representam um bom esforço no sentido de colmatar - ainda que parcialmente e ao nível do enfermeiro - os enormes vácuos da cartografia médica do arquipélago.

Esse o quadro do subdesenvolvimento actual de Cabo Verde em matéria de assistência médica.

## 8. Posição do problema das comunicações inter-ilhas

Têm sido decisivo para o subdesenvolvimento do arquipélago as precárias condições em que se vem fazendo as ligações entre as ilhas no que se refere às importantes comunicações marítimas num território tão fraccionado em ilhas.

O recente anúncio da aquisição do navio motor "Santo Antão" para o serviço inter-ilhas repõe o problema numa posição tão promissora que, de momento, só temos a dizer a Vossa Excelência - e a quantos como Sua Excelência o Governador da Província, puseram na solução deste importantíssimo problema todo o seu valioso empenho - um sonoro:

### MUITO OBRIGADO

esperando que a planificação das condições de exploração do barco atenda mais às necessidades das ilhas e às dificuldades das ligações terra - barco, do que a quaisquer ordens de conveniências ou à necessidade de exploração financeiramente lucrativa.

As vantagens económicas e estimulatórias da circulação regular do barco entre as ilhas compensarão e justificarão por certo quaisquer "deficits" no balanço financeiro da sua exploração.

São indiscutíveis as vantagens das carreiras aéreas inter-ilhas que tão penosamente foram sendo montadas, ensaiando e percorrendo os vários caminhos da inexperiência até à situação presente.

Mas com o número de carreiras actuais que é de manter, importa ter presente o importante problema da FADIGA de um único piloto que não só preenche os horários das carreiras como ainda os inerentes às actividades do Aeroclube, o que parece ser excessivo.

Finalmente as Forças Vivas do Mindelo desejam testemunhar, por intermédio de Vossa Excelência,



o seu alto apreço às facilidades de transporte que os aviões do Comando da Zona Aérea de Cabo Verde e Guiné tem proporcionado à população desta ilha, especialmente nos períodos de crise aguda de comunicações regulares aéreas ou marítimas.

---

### III

## Bases Críticas para uma Revisão do Problema do Fomento em Cabo Verde

Sem procurar minimizar o quanto se vem fazendo nos últimos anos em Cabo Verde, sem esquecer as intenções generosas e positivas dos dois Planos de Fomento Nacional na parte respeitante a Cabo Verde nem a nefasta influência da seca de 1959/60 no II Plano, sem negar o nosso maior aprêço pelas preocupações do Governo Central e da Província quanto à melhor forma da resolubilidade dos árduos problemas deste arquipélago, procura-se dar uma modesta contribuição para a evolução da atitude mental que se situa na base da planificação do FOMENTO EM CABO VERDE.

Para isso faz-se uma revisão crítica do problema, certos de que **A CRÍTICA SÉRIA É UMA DAS FORMAS MAIS POSITIVAS DE COLABORAÇÃO.**



\* O que fundamentalmente desejamos vincar é que a atitude passiva do Estado, contemplando a iniciativa privada, que vem depôr numa repartição as suas pretensões, é imagem de um passado que temos completamente de abolir. Não que não continuem essas pretensões a ser recebidas e estudadas, porventura com mais selectividade do que hoje, jocirando melhor o bom e o mau: Não que o Estado saia à porta da repartição como invasor agressivo, afugentando de pânico os portadores de boas mensagens;

Mas que o Estado tome efectivamente o papel suplectivo de estudar e fazer, só ou acompanhado, aquilo - e vê-se que é muito - em que a iniciativa privada claudica.

.....

Por outro lado é dos livros que um país em desenvolvimento pode não conseguir formar capital ao ritmo em que dele precisa, mesmo quando se mobilizem intensamente as disponibilidades internas, e o recurso ao crédito externo é a solução clássica quando tal se verifica.

.....

Mas pode com igual legitimidade pretender-se que um plano exerça... a função de agitar uma economia com pouco movimento, tomando a posição activa de buscar e carrear capitais internos e externos e não apenas a missão passiva de canalisar o capital que acorre naturalmente”.

*( Do Parecer n.º 3/IV da Câmara Corporativa sobre o projecto do II Plano de Fomento - Diária das Sessões n.º 46, pp. 82 )*



## O PROBLEMA DO FOMENTO DE CABO VERDE

Considerados na sua posição actual os 7 problemas atrás postos, vê-se que a saída do arquipélago do estado de subdesenvolvimento requiere um esforço gigantesco não só no tocante à mobilização de capitais como ainda uma verdadeira recuperação psicológica da iniciativa privada.

Esforço dos portugueses de Cabo Verde, esforço da Metrópole, esforço colaborante das outras parçelas do território nacional.

Nas verbas consignadas nos planos de Fomento da Metrópole, parte destina-se a uma atitude activa, investidora e executória por parte do Estado e outra vultuosa parte a uma atitude meramente programática, orientando o Estado os investimentos e a iniciativa privada, mas sem intervenção activa.

No caso de Cabo Verde não se contou com a iniciativa privada e o Estado consignou verbas apenas destinadas aos seus próprios empreendimentos, postulando a inexistência e incapacidade daquela.

Ora a Cabo Verde couberam, pelo primeiro Plano de Fomento, 112 mil contos revistos para 137 mil (como empréstimo da Metrópole vencendo juros) e pelo II Plano 210.000 contos também como empréstimo mas agora sem juros. Desta última verba 172 mil destinam-se a "continuação e acabamento dos empreendimentos do I Plano e 38 mil para novos empreendimentos".

Tanto pelo primeiro como pelo segundo plano não houve qualquer preocupação com as possibilidades de próxima industrialização do arquipélago, concentrando grande parte das verbas no fomento hidro - agrícola - campo absolutamente necessário mas onde os investimentos estão sendo orientados de uma forma pela qual, na mais optimista das hipóteses, só a muito longo prazo virão a produzir algum efeito sensível.

De resto incluindo a construção de portos e estradas, vias de comunicação vitais para o desenvolvimento futuro do arquipélago não há duvida que as verbas consignadas tanto para o I como para o II plano de Fomento tem que ser consideradas exíguas, como o seriam as da parte do Estado na Metrópole se ali a iniciativa privada não desse vultuosa contribuição.

Com efeito, estando quase tudo por fazer, o arranque tem de ser feito com capitais vultuosos, que não têm que ser dimensionados pela pequenês das ilhas mas pela necessidade premente de as arrancar de uma vez por todas da situação em que se encontram. De resto só para a irrigação com o rio Sorrala o I Plano destinou 393.000 contos e para beneficiar 3.000 hectares adjacentes ao rio Ardila o II Plano destinou 220.000 contos.

Estas duas verbas mostram as limitações inerentes a um Plano de Fomento que para *tudo* em 9 ilhas, desde levantamentos fotogramétricos, construção de portos, aeródromos, estradas, sondagens e pesquisas hidrogeológicas, estudos de pesca, fomento pecuário e agrícola, à construção de escolas e hospitais, inclui, para 12 anos as somas 137 + 210 mil contos.

Nós sabemos ser magnífico o esforço nacional no sentido de se realizarem os meios financeiros suportes dos Planos de Fomento do Ultramar. Também sabemos que o empréstimo sem juros das verbas para o II Plano representa uma atitude de extrema simpatia e carinho da Metrópole para com Cabo Verde.

Mas o que também não se pode perder de vista é que os objectivos dos planos de fomento foram definidos como:

- a) Elevação do nível de vida das populações;
- b) Povoamento;
- c) Aumento das exportações.

E contudo:

a) No tocante ao I Plano a sua influencia sobre o aumento do nível de vida nas populações de Cabo Verde foi praticamente nula nem tendo sequer conseguido compensar o aumento do desemprego e o nível de subdesemprego criado pelo aumento explosivo da população em 1950 / 1960;

b) Quanto ao *povoamento* que em Cabo Verde se devia interpretar por *despovoamento*, isto é emi-



gração racionalmente dirigida, nada foi feito;

c) No capítulo do aumento de exportações o seguinte quadro dá a resposta mais que eloquentemente desanimadora:

Balança comercial de Cabo Verde (abstracção feita do movimento de óleos e combustíveis para a navegação no Porto Grande)  
(números redondos em milhares de contos)

	1954	1955	1956	1957	1958
Importação . . . . .	82	104	102	96	120
Exportação . . . . .	<u>28</u>	<u>23</u>	<u>26</u>	<u>21</u>	<u>21</u>
	-54	-81	-72	-75	-99

Este quadro, mostrando o aumento das importações para consumo e a estagnação das exportações dos produtos locais refere-se a período sem crises pois desde 1949 a 1958 as chuvas foram boas ou razoáveis só tendo aparecido o grave efeito perturbador da seca em 1959.

Não admira muito que assim seja pois os únicos investimentos que podiam ser reprodutivos foram os hidroagricolas e pecuários visto os outros se referirem às necessárias infraestruturas e estudos.

Do I Plano passou-se ao II modificando declaradamente as idéias quanto às possibilidades do Fomento Agrário de Cabo Verde, mas no fundo a forma de enfrentar o problema global do fomento do arquipélago continuou a mesma, e a prova disso é que, dos 210.000 contos, 172.000 foram destinados à continuação e acabamento dos empreendimentos do I Plano e só 38.000 a novos empreendimentos, dos quais 5.500 para estudos de pesca.

Sendo assim - e sem mesmo considerar a forma lenta como prosseguem certos empreendimentos como por exemplo o plano rodoviário e a conquista de novas terras para o regadio - estamos convencidos de que o caminho seguido não nos conduzirá à porta de saída do subdesenvolvimento.

Com efeito no fim do I Plano de Fomento dizia-se, na proposta de lei relativa ao segundo plano.

"Cabo Verde não tem capacidade de crédito nem está em condições de mobilizar qualquer importância para despesas concernentes ao Plano de Fomento.

A dívida da Província será em 31 de Dezembro de 1958 da importância de 187.833 contos de capital e os juros, até completa amortização dos empréstimos, somarão 72.410 contos, parte dos quais já vencida e não paga".

Isto é, ao fim do I Plano a nossa situação era francamente negativa: o nível de vida não subira, a exportação era praticamente a mesma do principio do Plano, a dívida pública agrara-se espectacularmente. Havia contudo algumas infraestruturas de projecção futura.

Com a dramática perturbação introduzida no II Plano pela seca de 1959, as grandes somas absorvidas por um numeroso e pouco produtivo pessoal local composto por vidas a salvar, e por um volumoso pessoal mobilizado em regime de emergência e sem preocupação de selecção na Metrópole e em Angola, transferido grande parte de avião - até pedreiros vieram de avião da Metrópole, como se Cabo Verde, ao fim de 500 anos, nem pedreiros tivesse!! - e percebendo altos vencimentos mas destituídos na grande maioria de qualquer mística quanto à grave responsabilidade nacional de que estavam investidos (julgando muitos que o Plano de Fomento, em vez de ser um precioso plano de redenção nacional, era mais uma oportunidade de banquete para incompetentes e irresponsáveis) nós julgamos que ao chegar ao fim do II Plano, tirando algumas importantes obras infraestruturais - nomeadamente portos e aérodromos - e se não houver nada de espectacularmente novo, estaremos praticamente na mesma situação, pois há sempre que contar que a população cresce, crescendo com ela as necessidades de consumo, o número de desempregados, o número de doentes hospitalares e o número de crianças para escolas, como Vossa Excelência muito melhor que nós sabe.

Nestas condições, visto o que fica dito, visto o que se disse ao posicionar os diversos problemas fundamentais, as Forças Vivas do Mindelo chamam a valiosa e esclarecida atenção de Vossa Excelência para as vantagens da divisão de qualquer plano de fomento de Cabo Verde em três partes distintas e para



um maior sentido de prioridade e de explorabilidade de certas fontes potenciais de riqueza, nos termos do que se segue:

- A - Investimentos de reprodutibilidade a curto prazo
- B - Investimentos de infraestrutura
- C - Investimentos de reprodutibilidade a longo prazo

## CASO A - INVESTIMENTOS DE REPRODUTIBILIDADE A CURTO PRAZO

### *Aa - Fomento da emigração*

Pelo que se diz em II-2 vê-se que o primeiro investimento a fazer-se será o concernente ao despovoamento racional ou seja emigração dirigida para zonas de moeda forte além de colonatos a estabelecer nos territórios nacionais africanos.

Com efeito se se atribuírem a Cabo Verde cotas "visíveis" de emigração para os Estados Unidos, Venezuela, Argentina e mesmo (não obstante a fraqueza da moeda) para o Brasil, este simples facto promoverá em poucos anos um salto no nível de prosperidade de inúmeras famílias de Cabo Verde, um aumento notável na nossa balança de pagamentos e o tão necessário alívio da forte pressão demográfica. Muitos particulares poderão começar a cooperar - como se vê na Brava - através de pequenos investimentos privados.

*Esse parece ser o primeiro passo no fomento a curto prazo, pois terá como resposta imediata dois fenómenos igualmente positivos e sensíveis: mais dinheiro entrado; menos população.*

A criação de um fundo de auxílio aos que desejam emigrar, com reembolso de capital e juros, seria de considerar como empreendimento válido de fomento.

### *Ab - Fomento do ensino*

O que fica dito em II-6 mostra que se impõe um plano de emergência quanto ao fomento do ensino. A construção de escolas enquadra-se no capítulo das infraestruturas mas no caso de Cabo Verde há que desviá-la para um sub-plano de emergência e começar por construir escolas baratas e em grande número, bem enquadradas na paisagem social circunjacente.

Com efeito tem-se visto construir, por várias centenas de contos, em zonas onde o elemento urbano dominante é a casota coberta de colmo, certas escolas que assumem assim, por contraste, o aspecto de verdadeiras escolas - palácios. Tais custos, inoportáveis pela exiguidade dos nossos recursos, são exorbitantes pois em vez de serem construídas com recurso exclusivo aos materiais e técnica locais, são - no com materiais onerosamente transportados e com o que nos parece excessiva preocupação de conforto na presente emergência.

Com as possibilidades limitadas de financiamento parece que teríamos que começar por um plano de cobertura do território com *escolas-cabanas* simples, construídas com materiais locais - pedra e cal ou mesmo em pedra seca - como tão bem se construía outrora em Cabo Verde. *A modestia das construções será aureolada pela alta finalidade social e cultural da sua presença e não desmerecerá o esforço nacional.*

Em vez de se fazer quatro escolas com 2.000 contos pensam as Forças Vivas do Mindelo que é preferível fazer 20 escolas rústicas de 80 contos cada e aplicar os restantes 400 contos no completo apetrechamento das mesmas. Essa quantia de 2.000 contos é o que se inscreveu no II Plano para construções escolares vendo-se que mesmo para o programa de escolas-cabanas que nós preconizamos a verba daria para a construção e apetrechamento de 20 escolas ou seja uma média de 2 em cada ilha durante os 6 anos da vigência do Plano, o que é manifestamente pouco.

Parece pois impor-se um programa de emergência no sector das escolas primárias sem o que as



condições de desalfabetização popular se irão agravando dramaticamente com o crescimento da população.

\*                      \*

O apetrechamento das oficinas da Escola Técnica, o aceleramento das obras de construção do novo Liceu de São Vicente, e a revisão drástica do problema do professorado liceal parecem ser medidas igualmente urgentes.

Com efeito os professores mais responsáveis são unânimes em acusar a espantosa impreparação de grande parte dos alunos, quando chegam aos anos mais avançados.

O prestígio do corpo docente liceal, que foi outrora o mais elevado, declinou espectacularmente nos últimos anos quer perante os alunos quer perante os pais ou encarregados de educação, com repercussão na disciplina e no nível de eficiência mesmo dos bons professores. O aproveitamento dos que, não sendo licenciados, tem dado melhores provas, poderia fazer-se dando-lhes uma rápida preparação pedagógica na Metrópole e contratando-os definitivamente afim de dar estabilidade e prestígio ao corpo docente.

#### *Ac - Fomento da pesca*

Pelo que se disse em II-4 vê-se que a *riqueza peixe* constitui uma das mais gritantes possibilidades de Cabo Verde, capaz de revolucionar de um golpe a sua economia em poucos anos, promovendo o necessário salto espectacular no nível de desemprego e no nível de vida das populações.

No seu douto parecer sobre a proposta de lei do II Plano de Fomento a Câmara Corporativa, depois de segerir que fosse passada para 245 000 contos a verba de 210.000 consignada a Cabo Verde com aumento dos 5.500 destinados à pesca, para 20.000 contos, faz as seguintes luminosas considerações:

“Crê a Câmara que tudo o que se possa fazer para incentivar esta indústria de contrapartida na produção e na venda é obra de verdadeiro fomento, actuante na formação de meios de vida próprios de uma população em activo crescimento”.

Ora foram já anunciados possíveis investimentos da ordem de 250 000 contos ( mais que o total do II Plano ) com vistas ao desenvolvimento da pesca em Cabo Verde, com base no Porto de S. Vicente, empreendimento de sector privado. Este financiamento far-se-ia com recurso ao crédito externo, dentro do espírito das considerações da Câmara Corporativa mais atrás citadas.

Outras empresas metropolitanas, com idéia ao mesmo recurso de financiamento, já voltam os olhos para Cabo Verde e parece desenhar-se uma competição que vai por certo envolver forças poderosas que não fazem reserva pública da sua rivalidade.

Não nos importa que em vez de uma venham dez empresas revolucionar a economia do Porto Grande, mas os nossos receios assentam em que todas as vezes que forças de altos interesses se envolverem em competição em torno de S. Vicente, Cabo Verde ficou a perder, pois as coisas acabaram por uma acção de bloqueio, neutralizando as iniciativas puras. Assim aconteceu com inúmeros problemas envolvendo actividades de companhias fornecedoras de carvão no passado, assim sucedeu com o caso da Standart Oil e assim parece estar sucedendo com o ponto morto em que jaz a questão da refinaria.

Nestas condições apelamos confiadamente para Vossa Excelência certos de que o Estado tomará neste assunto aquela atitude *activa* que a Câmara Corporativa preconiza e que, se for preciso, chamará a si “o papel suplectivo de estudar e fazer, só ou acompanhado aquilo em que a iniciativa privada claudica”, caso o jogo de interesses conduzir a um impasse este projecto redentor, sobre cuja realização este povo vem pondo tantas esperanças e que será o primeiro grande passo dado no aproveitamento realístico da fabulosa riqueza PEIXE.

Com o maciço e progressivo envio para o desemprego de trabalhadores das antigas companhias carvoeiras, as condições de vida em S. Vicente tornaram-se insustentáveis e uma medida revolucionária



da economia desta ilha impõe-se com carácter de alta premência. Mas terá que ser medida que tenha imediata resposta na queda do alto nível de desemprego atingido actualmente neste porto.

*Os grandes empreendimentos industriais serão pois a única porta de saída desta grave crise de trabalho que em nada depende das chuvas.*

Para isso e para a exequibilidade imediata dos projectos no sector da pesca, importa que o apetrechamento do Porto Grande de S. Vicente seja continuado a *ritmo acelerado*, tendo em vista as novas exigências de uma grande actividade piscatória possível, com:

- 1 - Rápida finalização das obras complementares do cais - terra-pletos, construção de armazéns, instalações de luz e canalizações, etc.
- 2 - Construção de uma dóca seca para reparação de navios até à ordem das 1.000 toneladas como traineiras de pesca, vapor Santo Antão e outros, evitando que tenham de se deslocar a Dakar para as necessárias reparações e revisões.
- 3 - CONSTRUÇÃO DA REDE DE ÁGUA E ESGOTO DE S. VICENTE, CONDIÇÃO PRIMÁRIA DE CONFORTO E HIGIENE DE UMA CIDADE A INDUSTRIALIZAR (o II Plano não atribue qualquer dotação para saneamento urbano em Cabo Verde enquanto consigna 10.000 contos para S. Tomé, 16.000 para Macau e 5.000 para Timor, reconhecendo assim o saneamento como uma condição de fomento.)

#### *Ad - Fomento do turismo*

Pelo que se disse em II-3 vê-se que o TURISMO pode constituir uma notável fonte de riqueza em Cabo Verde. Falou-se de S. Vicente mas quão magnificas potencialidades teve Vossa Excelência oportunidade de observar em Santo Antão, S. Nicolau, Boa Vista (com as suas praias de excepcional e incomparável beleza) Santiago, Fogo (com o seu magnífico vulcão perante o qual o Vesúvio é um "brinquedo" parecido no dizer dos entendidos) a Brava e as próprias ilhas do Maio e Sal. Estâncias de Sol, estâncias de nuvens e montanha, praias usáveis durante 12 meses no ano, tudo isso oferece a curiosa multiplicidade micro-climática de Cabo Verde a par das mais surpreendentes paisagens submarinas.

Do ponto de vista económico isto constitui, sem sombra de dúvidas, um enorme potencial de riqueza. Fomentá-la com largueza de vistas e atitude aberta e corajosa, constitui um imperativo imediato na solução do grave impasse económico-social de Cabo Verde.

Em poucos anos o turismo nas Canárias deu um salto enorme com imediato benefício no nível geral de vida.

O TURISMO *racionalmente explorado seria pois um dos objectivos dum plano de investimento de imediata reprodutibilidade.*

Porque não sondar os emigrados caboverdeanos na América, indo ao encontro dos seus projectos de há alguns anos, de exploração turística da ilha do Fogo?

Porque não estimular e conceder toda a espécie de facilidades às agências e empresas de turismo nacionais e internacionais "tomando a posição activa de buscar e carrear capitais . . .", promovendo até um Congresso pró TURISMO EM CABO VERDE - com uma visita às ilhas potencialmente mais ricas como Fogo, Boa Vista, Santiago, S. Vicente e Santo Antão - afim de os delegados avaliarem por si dos recursos em potência e orientarem realisticamente os seus projectos?

As verbas gastas nessa propaganda activa seriam investimentos lógicos de fomento e os resultados por certo não se fariam esperar, pois as empresas de turismo carecem de *zonas de paz e serenidade* para aumentarem os seus próprios lucros, criando novos centros de atracção e explorando-os. É disso que elas vivem.

*Nós bem podemos tirar proveito do modelo de coexistência harmónica que o arquipélago representa e fazer dele, além da grande fonte de riqueza moral, uma grande fonte de riqueza material pelas garantias de segurança e tranquilidade que o fenómeno oferece aos homens de todos os povos do mundo.*



## CASO B - INVESTIMENTOS INFRAESTRUTURAIS

### Ba - Aeródromos

Os planos de aeródromos continuam correndo em bom ritmo e já os aviões podem aterrar em quase todas as ilhas, levando a melhoria inestimável dos contactos rápidos quer pessoais quer epistolares, com todo o cortejo de vantagens inerentes.

No tocante à ilha do Sal é de assinalar a mágoa com que vimos o abandono progressivo daquele aeródromo internacional por todas as companhias estrangeiras que já a vinham frequentando desde a sua inauguração. Grandioso empreendimento inicial, pena foi que as melhorias infraestruturais que a evolução da aeronáutica aconselhavam, não tenham sido realizadas com a necessária oportunidade.

Assim a não construção a tempo das pistas próprias para os grandes jactos comerciais deu como resultado, ou pelo menos concorreu poderosamente, para a saída para Dakar - nossa rival de sempre - entre outras, da companhia italiana Alitalia que tantos benefícios "invisíveis" trazia à ilha do Sal desde há muitos anos.

Para agravar a explorabilidade daquele aeródromo as precárias e onerosas condições de funcionamento de um Hotel que sempre viveu nas mais vantajosas condições de protecção, realizando lucros anuais - segundo consta aí - da ordem dos 2.000 contos (!!) mas que nunca realizou qualquer investimento visando a ampliação ou melhoria das condições de seu funcionamento, *esperando-as sempre do Estado* o que concorreu para o agravamento das coisas naquele aeródromo.

Foi com funda mágoa que se viu processar-se com o aeródromo do Sal, na segunda metade deste século, o que se passara com o Porto Grande de S. Vicente na primeira metade. A lição não nos aproveitou.

Hoje o Sal é um aeródromo que serve, é certo, a fins de soberania, na medida em que é escalado por aviões militares. Mas do ponto de vista económico nacional é um peso morto e do ponto de vista funcional jaz a 600 milhas de Dakar *servindo de óptimo alternante para as situações de inoperabilidade daquele aeródromo rival* com conseqüente valorização deste !! Com efeito os grandes jactos não podem aterrar *normalmente* no Sal mas já o podem *em emergência*, de forma que serve sob este aspecto às necessidades complementares do aeródromo de Dakar.

Os italianos de Alitalia partiram cheios de pena pois disseram que o Sal era, no tocante à operabilidade - o melhor aeroporto da sua linha incluindo os da Itália e do Brasil.

Importa pois tentar reconquistar a navegação de jacto para o Sal, óptimo aeródromo quanto às condições de operabilidade. Para isso porém há vultuosos investimentos infraestruturais a fazer e confiamos que sejam feitos com a necessária oportunidade, pois ainda se pode estar a tempo.

### Bb - Plano Portuário

A nossa profunda gratidão pela construção do cais acostável de S. Vicente e pelo cais do Porto Novo de Santo Antão tem sido bem patenteada. Impõem-se as obras complementares para que, se outra coisa não resultar da evolução do Porto Grande ele venha a ser um grande porto de pesca, o que já seria muito bom para o arquipélago.

Quanto aos outros portos destaca-se o da ilha do Fogo onde Vossa Excelência teve o privilégio "turístico" de repetir o mesmo desembarque dos descobridores da ilha, mas cuja situação nesse particular é insustentável a todos os títulos. É uma obra de emergência, *seguinto-se as outras ilhas pela ordem que se afigurar melhor.*

### Bc - Plano rodoviário

A lentidão com que seque este plano depois da perturbação introduzida pela seca de 1959 tem sido preocupante para os habitantes de cada uma das ilhas.

Condição primária de vida e de Fomento, permitimo-nos chamar a atenção de Vossa Excelência para a necessidade de aceleração do programa e de se dar prioridade *às ligações inexistentes sobre a melhoria de ligações existentes.* Isto não significa inacabamento de obras começadas mas sim preferir abrir



uma nova estrada entre dois centros que nunca foram ligados, a ir abrir uma segunda estrada (embora necessária) em substituição de uma já existente, embora funcionando precariamente.

Existem ilhas como Santo Antão ainda hoje divididas em verdadeiros compartimentos estanques.

## CASO C - INVESTIMENTOS DE REPRODUTIBILIDADE A LONGO PRASO

### *Ca - Estudos e investigação técnico - científica*

O primeiro grupo de investimentos desta rubrica são os importantes estudos capazes de nortear a planificação futura de novos empreendimentos e revelar novos caminhos a trilhar.

Com a criação, em boa hora, por Vossa Excelência, do Centro de Estudos de Cabo Verde - que se espera seja um verdadeiro centro de investigação científica - muitos estudos por certo serão transferidos de missões ou brigadas construídos esporadicamente e nem sempre com aquele apetrechamento humano em mística e nível científico suficientemente harmónico, para as responsabilidades permanentes do novo organismo provincial. A economia e a continuidade que daí resultarão serão dois benefícios a recolher no mesmo saco, com vantagem para o arquipélago.

Os estudos atinentes à nutrição, pesquisas de água, processos de extracção da água das nuvens nas áreas montanhosas e às tão esperadas experiências de provocação de chuva artificial, aproveitamento da energia do vento e da energia solar, serão por certo encargos do novo estabelecimento de investigação.

Embora a mentalidade popular em Cabo Verde seja descrente da utilidade dos estudos - por mor de um passado cheio de relatórios que ficaram nas gavetas -, certas publicações dos últimos anos como o livro do Prof. Orlando Ribeiro sobre o Fogo e "A Agricultura no Arquipélago de Cabo Verde" de Teixeira e Barbosa, vieram modificar um pouco essa atitude mental que confina hoje com o reticente.

As Forças Vivas do Mindelo querem assegurar a Vossa Excelência a sua fé nos resultados da ciência e da técnica quando postos ao serviço da Nação por indivíduos realmente competentes e conscientes da alta responsabilidade nacional da actividade técnico - científica.

Assim os investimentos neste sector, embora de rentabilidade indirecta e a longo praso, são considerados absolutamente necessários.

### *Cb - Melhoramentos hidro - agrícolas e pecuniários*

Os melhoramentos hidro-agrícolas e pecuniários constituem o segundo grupo de investimentos de rentabilidade a longo praso pois parece-nos que a sua efectivação rentável em escala sensível exige na base a drástica reforma da estrutura agrária de Cabo Verde. Com efeito não parece lógico nem razoável que o Estado vá investir vários milhares de contos para beneficiar as propriedades de um quidam que está calmamente vivendo longe das suas terras e que, só de longe em longe, se desloca a elas para receber as suas rendas, agora agravadas pelas melhorias introduzidas, com grande dispêndio de capitais que terão de ser pagos por todos.

A esse respeito transcrevemos, com vénia, o seguinte passo luminoso do douto parecer já citado da Câmara Corporativa (Diário das Sessões n.º 46 pp. 1008/75) relativa à reorganização agrária da Metrópole:

"Quando impostas sob pressão política as reformas agrárias são odiosas e violentas; quando a alma o propósito sincero e humano de corrigir um defeito para melhorar o interesse geral, são seguramente moderadas e há que as aceitar como necessidade, ainda quanto comportam sacrifício ou desconsolo, pois sempre contrariam em algum ponto instintos ou sentimentos profundos.

.....

A contribuição do erário público no fomento da agricultura, como nos restantes sectores privados, não é compatível com a benevolência de conservar situações cómodas mas improdutivas, só porque são antigas ou situações rotineiras só porque são populares; se há que reorganizar a indústria - onde se levantam os mesmos ou semelhantes problemas - não se vê que represente



violência maior reorganizar a agricultura nos pontos onde não cumpra o seu dever para com o agregado nacional, nem parece razoável atribuir a essa reorganização intenções doutrinárias que não tem.

Acresce que se a alteração da estrutura agrária se limita, como no caso presente, aos terrenos regados e limitrofes, a injustiça que pode praticar-se entregando a um colono terra que se expropriou a um senhorio que a não queria vender, é bem compensada com a injustiça que se praticaria fazendo a esse proprietário o serviço de lhe regar a terra - serviço que ele só mereceu pela circunstância casual de ter a sua herdade abaixo da cota que a água domina".

É para as Forças Vivas do Mindelo um sinal reconfortante de garantia, ver no fim desse luminoso parecer, encabeçando as assinaturas, o nome *ADRIANO MOREIRA*.

Confiam pois as Forças Vivas do Mindelo que a reforma agrária de Cabo Verde, particularmente da ilha de Santiago será um dos empreendimentos basilares da planificação de melhoramentos hidro-agricolas e pecuário do arquipélago.

O crédito agrícola, constituindo uma necessidade, tem contudo que ser aplicado e distribuído sob rigorosa fiscalização e orientação do Estado, pois caso contrário os resultados podem ser calamitosamente contraproducentes. O arrendamento por parte do Estado, de ricas propriedades improdutivas por incapacidade exploradora dos donos, e o seu fomento, explorando-o por 10 a 20 anos, seria uma solução para certos casos.

O fomento do espírito gregário inexistente, através da organização de cooperativas de produção, parecer ser uma das vias mais exequíveis para a promoção da iniciativa privada. Mas neste caso teriam que ser cooperativas com larga compartição financeira do Estado, com verbas para tal inscritas no Plano de Fomento.

#### *Cc - Fomento silvícola*

No sector do repovoamento florestal o esforço realizado nos últimos 20 anos é bonito e vem sendo continuado sem desfalecimento com as verbas do Plano de Fomento, esperando-se desse sector realizações positivas, já se vendo belas manchas verdes onde outrora nada existia. Contudo é preciso ter em conta o reverso da medalha, isto é os entraves que o revestimento florestal vem impôr às modestas economias locais, privando-as da criação de cabras e outros animais outrora tão cooperantes da precária economia doméstica dessas áreas. Essas medidas parecem dever ser temporárias e, logo que a mata tenha capacidade de defesa e auto recuperação, deve-se voltar a permitir a criação e até utilizar a nova mata como factor de fomento da actividade pecuária doméstica, quando isso for realmente exequível. O próprio desbaste das matas já feitas poderá concorrer para melhorar o nível de vida das populações circunvizinhas dada a importância do problema "lenha" neste arquipélago onde o prato base - a cachupa - leva 5 a 6 horas a cozer.

#### *Cd - Obras de hidraulica*

No sector de obras de hidraulica não é notável a conquista de terras ao sequeiro o que poderia fornecer uma resposta rápida aos investimentos. A maioria das realizações visaram melhorar caudais já existentes ou poupá-los através da substituição de levadas de terra por levadas de alvenaria, melhorando-lhes o rendimento. De um modo geral possibilitaram em muitos sitios a passagem a um regime de regas menos espaçadas o que influiu de certo modo na substituição da cana pela banana nalguns regadios de Santo Antão especialmente.

Outra actividade concentra-se no abastecimento de água às populações, com investimentos a todos os titulos justificados mas que não são remunerativos nem a curto nem a longo praso, podendo mesmo ser catalogados no grupo dos investimentos infraestruturais.

Espera-se nesse sector por um programa corajoso de bloqueio das águas que todos os anos correm caudalosa e destrutivamente pelas ribeiras, levando para o mar grande parte dos poucos solos aproveitáveis.

Mas esse será um empreendimento vultuoso que exigirá vultuosos capitais e arrojados estudos. É um sonho, mas quantos sonhos têm passado à realidade através de arrojados planeamento?

O homem já voa no espaço interplanetário . . .







Senhor Ministro do Ultramar

Excelência:

Longa foi a Mensagem que as Forças Vivas do Mindelo, no mais puro espírito de cooperação, e aproveitando esta ocasião sem par da visita de Vossa Excelência, tem o honroso prazer de depor confiantes nas dinâmicas mãos de um jovem Ministro do Velho Portugal.

Ao fazê-lo queremos firmar e Vossa Excelência, com pedido de transmissão ao velho Portugal, a expressão viva da nossa eterna Lusitanidade, o nosso desejo veemente de cooperar e de concorrer, por todos os modos a nosso alcance, para o prestígio e grandesa da Comunidade Nacional.

As críticas que porventura exsudem da forma de expor e analisar os assuntos, são de intenção altamente positiva e decorrem do desejo esclarecido das Forças Vivas do Mindelo de contribuir para a resolução do grande e difícil problema que é a administração e o fomento de Cabo Verde, terra mártir, cuja sobrevivência representa um modelo de tenacidade, de esforço inglório e de luta árdua e pertinaz contra as mais agrestes condições de existência, imposta pela aridez, pobreza e irregularidade climática. Não obstante nós temos fé num futuro melhor, sub-produto de uma mobilização total da capacidade realizadora nacional e local.

Ao tentar contribuir para o progresso de Cabo Verde na saída do impasse actual, temos a firme consciência de estar concorrendo para o conjunto das soluções dos problemas nacionais a que Vossa Excelência tão esforçadamente vem dando o melhor do seu alto saber, ponderação e espírito de patriótico sacrifício.

Accite Senhor Ministro esta Mensagem como uma forma muito Mindelense de dar a Vossa Excelência um vigoroso abraço de MORABEZA, abraço que pedimos se digne de transmitir à velha PÁTRIA LUSA.

S. Vicente de Cabo Verde, 28 de Agosto de 1962







## POST SCRIPTUM

Senhor Ministro do Ultramar

Excelência :

A circunstância de Vossa Excelência, no notável improviso com que honrou Mindelo no passado dia 28 nos Paços do Concelho, tenha já respondido antecipadamente a algumas questões aqui postas como a reforma agrária e o recurso à grande indústria, as Forças Vivas do Mindelo nem por isso reconhecem menos pertinência ao conjunto desta Mensagem que, mercê das contingências do programa só hoje dia 4 de Setembro tem a honra de depor nas mãos de Vossa Excelência.

Sendo assim desejam as Forças Vivas aproveitar este atrazo para testemunhar a Vossa Excelência a nossa forte emoção positiva experimentada durante a inauguração da bela obra que é o cais do Porto Novo, repetição da alta onda emocional que a todos invadiu quando em Maio de 1961 tivemos o privilegio de assistir à inauguração do cais acostável de S. Vicente, outra grande realização - de longe a maior obra realizada em Cabo Verde até hoje - na preparação desse poderoso binário de forças económico sociais que é o conjunto S. Vicente - Santo Antão. Felicitam as Forças Vivas Vossa Excelência pela deliberação de elevar o Porto Novo à categoria de Vila sede de novo Concelho, acto vitalizador de toda a área sul de Santo Antão, mas não querem deixar de pedir a atenção de Vossa Excelência para a velha aspiração dos povos da região de Mosteiros - a zona mais rica da ilha do Fogo - em também ascender de Posto Administrativo a Concelho dos Mosteiros. A extinção pura e simples daquele Posto, representando um recuo, vai ser por aquele povo de alta e "vulcânica" sensibilidade tomado como uma injustiça que Vossa Excelência por certo não pretendia praticar.

Deixa-se assinalada a contribuição da região dos Mosteiros para a economia da ilha do Fogo em milhares de contos, pela sua rica produção de café ( números redondos )

1951	1952	1953	1954	1955
1,162	2,092	3,586	7,671	4,321

Também honrosamente agradecemos a criação do Crédito Agrícola velha aspiração dos agricultores de Cabo Verde bem como a rescisão das concessões das Companhias Carvoeiras, a criação do Instituto de Trabalho, Previdência e Acção Social, a aplicação a Cabo Verde da bases da Lei 2025 que disciplina o ensino técnico - agrícola, a atribuição de verba para o acelaramento das obras do Liceu de S. Vicente e outras medidas que ficarão assinalando luminosamente a passagem de Vossa Excelência por Cabo Verde, como a criação da Escola Agrícola em Santiago.

S. Vicente, 4 de Setembro de 1962







Este documento foi assinado por:

*Marcelino Neves* ( Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Barlavento )

*Henrique Albuquerque* ( Sindicato dos Empregados do Comércio )

*Francisco Lopes da Silva* ( Sindicato dos Empregados das Empresas Fornecedoras á Navegação )

*Carlos Rocheteau* ( Gremio Recreativo Mindelo )

*Aguinaldo Feijóo Pereira* ( Radio Club Mindelo )

*Julio Vera Cruz* ( Club Desportivo Mindelense )

*Antonio Costa* ( Club Golf de S. Vicente )

*Germano Gomes* ( Grémio Desportivo Castilho )

*Humberto Duarte Fonseca* ( Relator )

521  
21985-







Edição da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRICOLA DE BARLAVENTO  
(Difusão restrita aos sócios e aos elementos das Forças Vivas que o solicitarem)





**Composto e impresso nas oficinas da  
Sociedade de Tipografia e Publicidade, Lda.**

**S. Vicente - Cabo Verde**

**1 9 6 2**







